

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

Director: A.M. Hespanha

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL N.º 5

1991



## “A História em Discussão”

**Dossier** A. M. Hespanha *A Emergência da História*, Rui Ramos *A Causa da História do Ponto de Vista Política*.

**Estudos** Fernando Cortés Cortés • José Subtil *Sistema Penal e Construção do Estado Liberal* • Miguel Angel Perfecto *Influências Ideológicas no Projecto de Primo de Rivera (1923 - 1930)* • **Estado da Questão** João B. Serra *O Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-guerra* • **Em Debate** Pedro Lains *Foi a Perda do Império Brasileiro um Momento Crucial do Sub-Desenvolvimento Português? – II* • Valentim Alexandre Lains *no País das Adivinhas* • **Leituras** • **Jornal**

edições  
COSMOS

# Mentalidades Militares na Estremadura Espanhola em Meados do Século XVII <sup>1</sup>

**Fernando Cortés Cortés**

(Instituto Espanhol de Lisboa)

A história das mentalidades, *dos conteúdos mentais* <sup>2</sup> como meio de aproximação e conhecimento das diversas realidades vivênciais dos homens que num tempo histórico concreto nos precederam, constitui uma das linhas fundamentais da investigação, presente nos trabalhos que para o conhecimento dos tempos modernos regionais realiza a historiografia estremenha actual. Nessa linha de investigação, juntamente com as análises globais que procuram a apreensão plena da totalidade das estruturas mentais <sup>3</sup>, outros centraram-se em sectores dos comportamentos humanos perante a morte <sup>4</sup>, a doença <sup>5</sup>, as ideias <sup>6</sup>, o medo <sup>7</sup>, os desvios às condutas consideradas como habituais <sup>8</sup>. Com idêntico propósito, mas analisando os *comportamentos e mentalidades* do homem estremenho perante *as instituições* e a própria essência destas, temos que situar diversos trabalhos sobre a Igreja <sup>9</sup> e o seu Tribunal inquisitorial <sup>10</sup>, sobre os municípios <sup>11</sup>, as Ordens Militares <sup>12</sup> e o Exército que luta na região <sup>13</sup>.

Todos e cada um destes temas constituem parcelas da totalidade histórica estremenha dos tempos modernos, peças a integrar na globalidade dos tempos modernos hispânicos, que estariam fragmentariamente explicadas e percebidas sem essa realidade regional.

Três elementos, estreitamente unidos e interrelacionados, encontram-se presentes nos tempos modernos de toda a região estremenha: *Fronteira, Militares e Guerra*.

A Estremadura aparece condicionada, basicamente, pelo seu carácter de terra fronteiriça afectada pelos acontecimentos políticos que relacionam o reino hispânico e o reino português: primeiro, nos fins do século XVI, a anexação de Portugal à coroa castelhana e, especialmente, a luta contra o sublevado reino português que se estendem ao longo de grande parte do reinado de Filipe IV e o início do de Carlos II, para se concluir, já no século XVIII, com os conflitos armados que no marco geral da guerra de sucessão espanhola ou das lutas napoleónicas, já no século passado, se desenrolaram na região.

«Badajoz é al presente Metropoli d'Estremadura sostituita alla citta di Merida da poiche revoltata el Portogello é divenuta frontiera, fu destinata piazza d'arme»<sup>14</sup>, assinala, no início de 1669 um viajante italiano, captando na perfeição, a mais profunda essência da cidade de Badajoz e de toda a região nos tempos modernos. A fronteira portuguesa vai marcar intensamente as vivências dos homens de toda a região estremenha, que já desde os primeiros momentos dos tempos medievais se caracteriza pela sua condição e carácter de *terra fronteiriça*<sup>15</sup>. A Fronteira determina e singulariza toda a Estremadura, estreita e profundamente condicionada pela violência que toda a fronteira sofre. A fronteira muçulmana-cristã primeiro ou castelhano-portuguesa depois, é um elemento determinante de toda a história medieval e moderna da região.

A fronteira estremenha, além de fronteira de colonização interna, é *fronteira de pilhagem*<sup>16</sup>. A passagem da região à dependência e à orbita dos reinos cristãos medievais vai significar — entre outros caracteres estruturais — a sustentação de uma problemática fronteiriça presente nos tempos anteriores, já habitual na zona. Os conflitos entre cristãos e muçulmanos são agora substituídos pelos confrontos entre castelhanos e portugueses que dirrimem as suas diferenças sobre a terra estremenha. Assim, a guerra de Sucessão (1475-1479) à coroa castelhana vai deixar na zona meridional estremenha graves destruições materiais, avaliadas em 35 milhões mrs, e elevadas perdas de vidas humanas<sup>17</sup>. Esta problemática de luta não era original para a região que já nos anos finais do século anterior tinha padecido as nefastas consequências derivadas de outro conflito luso-castelhano<sup>18</sup>.

Os tempos modernos marcam o começo duma etapa de quietude fronteiriça, de pacíficas, cordiais e frutíferas relações económicas e comerciais<sup>19</sup> que se interrompem, dum modo momentâneo, em 1580, ao produzir-se a incorporação do Reino português na coroa castelhana. Apesar das operações militares subsequentes não ocasionarem as perdas humanas e económicas registadas nas lutas finais dos séculos XIV e XV e a pacífica convivência se reiniciar depressa, é a fronteira a causadora de um devastador conflito que como consequência da sublevação portuguesa se vai centrar na Estremadura<sup>20</sup> durante três décadas, ainda que as suas repercussões se possam observar muitos anos depois de concluída a luta<sup>21</sup>. No começo do século XVIII, quando a região parece iniciar a recuperação das consequências da guerra e da crise de subsistência que se regista entre 1673 e 1684, uma nova fase de *violências e agressões fronteiriças*, ligadas agora à guerra de sucessão espanhola, apontam negativas consequências<sup>22</sup> que voltarão a repetir-se por ocasião das guerras napoleónicas nas quais quer inimigos<sup>23</sup> quer aliados<sup>24</sup> devastam, pelo menos, a cidade de Badajoz.

Com a fronteira, ligados a ela e por causa dela, *militares e guerra* são elementos habituais da vida estremenha dos tempos modernos.

«Muller, Maria Carvalho, eu sali de nossa casa con desejo de faltar-me de sangue dos castejaos...»<sup>25</sup>. Com as palavras que se antecedem, no dia 6 de Agosto de 1657, um anónimo soldado português iniciava a carta que remetia à sua esposa. O seu pensamento mostra o espírito que fez com que fosse impossível a pacífica convivência de duas entidades nacionais obrigadas a caminhar por caminhos con-

trapostos e enfrentados. Por isto, a guerra, desenrola-se com acções mútuas de assanhamento, baixeza e sordidez que a convertem num conflito sujo e desprezível em que se defendem, com prioridade, bastardos interesses pessoais.

Nos tempos modernos o valor estratégico da região é reconhecido pelos viajantes que a recorrem e assim, «Badajoz é a praça mais importante de Espanha em relação às guerras com Portugal... se os portugueses se fizessem donos dela, em pouco tempo poderiam chegar até às portas de Madrid»<sup>26</sup> pelo que a massiva e permanente presença de militares constitui uma característica da terra estremenha durante os tempos modernos, especialmente a partir de 1640, momento em que a sublevação portuguesa e fronteiriça vai determinar o começo de uma longa etapa na qual o exército e os militares passam a formar parte importante de toda a região. Frente a ambos, encontram-se os civís, o anónimo e escuro vizinho, duramente pressionados pelas exigências derivadas da guerra e da própria presença do Exército, um dos agressores insólitos<sup>27</sup> da região.

Os primeiros, *os militares*, constituem o objectivo do presente trabalho, com o qual pretendemos aproximar-nos das *mentalidades* colectivas dos *militares*. Para isso, procedemos à análise das informações contidas nos *testamentos* de cento e quarenta e seis militares, outorgados na cidade de Badajoz entre 1640 e 1668. Se optámos por limitar o lugar de outorga foi em função de um facto que importa destacar: a centralização de todas as operações da frente estremenha na cidade. Como consequência disso, todo o esforço bélico vai realizar-se a partir de Badajoz, cidade que se converte em centro militar e político da região estremenha.

A *fonte documental* utilizada pareceu-nos, em virtude da ausência de outras que oferecessem maior quantidade e qualidade de informação, a mais idónea já que as suas notícias, mescladas com declarações de últimas vontades presentes na mesma, além de nos informar sobre realidades e mentalidades individuais com as quais se podem construir séries de diversas parcelas do comportamento colectivo, merecem elevado grau de credibilidade.

Os graus militares que estes homens detêm são os seguintes:

Grau Militar	N.º de casos
Alferes	12
Alto Chefe	25
Auxiliar	5
Ajudante	3
Capitão	53
Outro	14
Sargento	2
Soldado	25
Tenente	7
Total	146

O quadro precedente requer ainda umas leves clarificações:

a) — No grupo dos altos chefes incluiu-se tanto os graus superiores da hierarquia militar como os responsáveis máximos das estruturas financeiras e logísticas da maquinaria bélica. Dentro dos primeiros incluem-se os Mestres de campo <sup>28</sup>, capitães gerais do Exército da Estremadura <sup>29</sup>, sargentos, já superiores ou general de Batalha <sup>30</sup> e outros graus <sup>31</sup>. Entre os segundos, os pagadores <sup>32</sup>, contadores <sup>33</sup>, gerais, Oficial da Artilharia <sup>34</sup> ...

b) — Os cinco testamentos englobados no grupo dos auxiliares compreendem os de quatro criados de capitães gerais do Exército <sup>35</sup> e um carreteiro do trem de artilharia <sup>36</sup>. Todos coincidem, especialmente os quatro primeiros, em não serem combatentes directos, circunstância mais duvidosa no caso do carreteiro.

c) — Em dois dos ajudantes <sup>37</sup> não se indica a que grau militar pertencem, ao passo que o terceiro testamento aqui incluído corresponde a um ajudante de Oficial de Artilharia <sup>38</sup>.

d) — No grupo *outros* reunimos indivíduos da sanidade militar <sup>39</sup>, engenheiros <sup>40</sup> e homens que tratam dos aspectos burocráticos e administrativos da luta <sup>41</sup>.

e) — Em princípio, a variedade de graus militares encontrados foi distribuída entre os graus assinalados. No entanto, a *pouca operatividade* que na análise posterior apresentava a tipologia inicial e, sobretudo, as *grandes semelhanças* que entre alguns graus se registavam, aconselharam o seu agrupamento em apenas quatro categorias:

— *Soldados*, compreendendo estes e os auxiliares, trinta testamentos.

— *Oficialidade inferior*, na qual se incluem alferes, ajudantes e os simples sargentos, dezassete testamentos.

— *Oficialidade média* abarcando capitães, tenentes e os englobados sob o grupo de *outros*, setenta e quatro testamentos.

— *Altos chefes*, vinte e cinco testamentos.

Além dos testamentos, foram duas as fontes documentais marginalmente utilizadas: as *cartas de dote* e os *inventários post mortem*. Com este caudal informativo é possível a análise dos seguintes campos:

#### A) — AS PROCEDÊNCIAS GEOGRÁFICAS.

Nos seguintes casos, os testamentos analisados contêm uma informação sobre a procedência geográfica do militar que o outorgou:

	Testamentos	Procedências	Percentagens
Soldados	30	28	93
Oficialidade inf.	17	16	94
Oficialidade média	74	60	81
Altos chefes	25	16	64
Total	146	120	82

A percentagem total de informações sobre as zonas de procedência dos homens da milícia é elevada, de tal maneira que os dados delas deduzíveis são representativos da realidade do momento. Além disso, as diferenças percentuais existentes entre cada uma das categorias revelam um facto a destacar: no conjunto dos cidadãos, os militares são tanto mais conhecidos quanto mais elevado é o grau que detêm. Assim, as informações sobre o lugar de origem dos altos chefes militares são percentualmente mais reduzidas que nos soldados ou na oficialidade inferior. Estes, gente anónima, humilde e de baixa condição social, para serem identificados e reconhecidos, precisam que o notário recolha a maior quantidade possível de rasgos personalizadores. Um deles é o seu *lugar de origem*, informação que, por não necessária e conhecida, é mais escassa nos altos chefes.

As procedências regionais informadas pelos testamentos que estudámos, em valores absolutos e percentuais, são os seguintes:

### PROCEDÊNCIA REGIONAL DE MILITARES DO REAL EXÉRCITO DE ESTREMADURA <sup>42</sup>

	Sold.		Of. inf.		Of. média		Altos chefes	
	Tot.	%	Tot.	%	Tot.	%	Tot.	%
Andaluzia	4	14	7	44	9	15	4	25
Astúrias	2	7	—	—	—	—	—	—
Castela—Leão	1	4	1	6	16	27	5	31
Estrangeiro	3	11	2	13	15	25	4	25
Estremadura	18	64	5	31	8	13	—	—
Galiza	—	—	—	—	2	3	—	—
Navarra	—	—	—	—	1	2	1	6
País Vasco	—	—	—	—	4	7	1	6
Reino de Aragão <sup>43</sup>	—	—	1	6	5	8	1	6

O quadro anterior, especialmente nos seus valores percentuais, evidência um conjunto de factos importantes:

a) — *Os soldados*, estrato inferior da classe militar, são primordialmente estremenhos. Depois destes, ainda que a considerável distância, os andaluzes e os mercenários estrangeiros, ao passo que os contributos humanos das restantes regiões peninsulares são muito mais reduzidos.

b) — A fracção maioritária dos *oficiais inferiores* procedem da vizinha Andaluzia enquanto que os estremenhos passam a ocupar o segundo lugar. Os estrangeiros apresentam níveis próximos aos que se encontravam no grupo dos soldados, ao passo que a região castelhana-leonesa mantém a sua reduzida participação.

c) — Pelo contrário, Castela-Leão é a região peninsular que proporciona um maior número de *oficiais médios*, enquanto que a participação estremenha volta

a sofrer uma nova redução, sendo ultrapassada pelos contributos dos estrangeiros e dos andaluzes.

d) — Os *altos chefes* mostram uma tripla procedência, com valores muito próximos entre si: Castela-Leão, Andaluzia e os estrangeiros. A participação estremenha desapareceu totalmente, enquanto que a de outras regiões peninsulares- Astúrias, Galiza,... — é tão reduzida como nas categorias anteriores.

e) — Comparando os diferentes valores percentuais das regiões estremenha e castelhano-leonesa encontramos a forma como se produzem trajectórias diametralmente opostas. Com efeito desde os soldados, nível inferior do Exército, aos altos chefes, os valores de Castela-Leão vão aumentando e passam de quatro para trinta e um por cento. Para a região estremenha a situação é contrária: passa-se de um contributo de sessenta e quatro por cento dos soldados para treze por cento da oficialidade média, já que não existe — pelo menos não encontramos o seu testamento — nem um só alto chefe do Real Exército da Estremadura que seja oriundo da região.

Os factos são indubitáveis. A sua explicação poderá estar ligada com a condição económica dos soldados e oficiais <sup>44</sup>, especialmente, os altos chefes. Estes, pessoas que encontram na luta a ocasião de melhorar económica e honorificamente, são estranhos à terra estremenha enquanto que os soldados, gente que nalguns momentos padece até de carências alimentares e não tem as possibilidades dos seus chefes, são primordialmente estremelhos. Com eles, andaluzes e estrangeiros integram o Exército que desde a Estremadura luta contra Portugal <sup>45</sup>.

f) — Se agruparmos as procedências de todos os oficiais e comparamos as percentagens resultantes <sup>46</sup> com as obtidas na análise das actas dos enterros <sup>47</sup> pode observar-se a semelhança de origens regionais que informam ambas as fontes documentais.

## B) — A CONDIÇÃO SOCIO-ECÓNOMICA: A MENTALIDADE SUMPTUÁRIA.

Já o vimos acima: em linhas gerais, a situação económica dos soldados encontra-se próxima da pobreza ao passo que os oficiais aparecem como pessoas dotadas de uma posição económica mais desafogada. Assim, os primeiros são os que maioritariamente nutrem o sector de profissionais pobres do Exército, enquanto que os oficiais, pela sua situação económica, outorgam maior número de testamentos.

Contudo, o grupo dos oficiais do Exército é tão diverso que no status sócio-económico dos diversos graus que o integram existem profundas diferenças de tal maneira que *os estratos inferiores da oficialidade (alferes, sargento, ajudante...)* se aproximam dos soldados pelas suas condições de vida e económicas; pelo contrário, a *oficialidade média está mais próxima dos altos chefes*. Isto é, existe uma *relação inversa* entre a pobreza e o grau possuído pelos militares, podendo afirmar-se que a maior graduação militar corresponde reduzido nível de pobreza. De idêntico modo, a menor grau na milícia, corresponde uma maior possibilidade de situações de penúria económica.

O facto é evidente. Se entre os homens do Exército que são declarados pobres na cidade de Badajoz diferenciarmos entre os três estratos da oficialidade e os soldados, os valores da pobreza que encontramos são os seguintes:

## POBREZA NOS COMPONENTES DO EXÉRCITO

Badajoz, 1640-1668

	Profissionais pobres	% de pobreza
Ofici. inf. <sup>48</sup>	56	27
Ofici. média <sup>49</sup>	22	11
Altos chefes <sup>50</sup>	2	1
Soldados	123	61
Total	203	100

Temos que destacar a pobreza dos soldados. Complementando o conhecimento sobre os homens do Exército, são os altos chefes que raramente aparecem qualificados como pobres.

Outros factos e documentação confirmam as diferenças de situação económica entre os militares.

a) — O mesmo número de testamentos encontrados nos Protocolos Notariais da cidade de Badajoz: a pobreza dos soldados e oficiais inferiores origina os poucos testamentos que os componentes de cada grupo outorgam, sendo eles os massivos integrantes do Exército. De idêntica forma, a boa posição económica dos altos chefes e da oficialidade média faz com que outorguem maior número de testamentos apesar de serem muito menos do que os incluídos nos dois grupos anteriores.

b) — Já analisámos <sup>51</sup> como os graus superiores do Exército são uns dos grandes possuidores de escravos, propriedade custosa, só ao alcance das economias fortes.

c) — Os inventários *post mortem*. Do mesmo modo que sucede com os testamentos, são muito mais abundantes os efectuados sobre as propriedades dos altos chefes e oficiais médios que os relativos aos restantes membros do Exército.

Além disso, frente às reduzidas e pouco valiosas propriedades dos soldados <sup>52</sup> ou outros graus inferiores <sup>53</sup>, alguns inventários de capitães contêm referências a bens de raiz <sup>54</sup> ou a elevadas quantidades de prata trabalhada <sup>55</sup>. A posição dos altos chefes é análoga e os inventários dos bens que possuíram mostram as suas disponibilidades em dinheiro efectivo <sup>56</sup>, os seus escravos <sup>57</sup> ou bens diversos, quando vendidos em hasta pública, rendiam avultadas somas <sup>58</sup>.

Uns e outros — capitães e altos chefes — patenteiam uma *mentalidade sump-tuária*, traduzida quer na *detenção de escravos* e de *criados* como na posse de *jóias*



e múltiplos *utensílios de prata*, elementos mais destacados dos seus haveres, para além de possuírem grandes quantidades de roupa pessoal, branca ou de cor, juntamente com elementos decorativos — quadros, espelhos, tapeçarias,... — ou suntuosas equipagens domésticas ou de serviço em campanha. Com armas e cavalos e uns quantos livros são os haveres fundamentais destes homens.

A própria comodidade e bem-estar na campanha, nos dias em que o Exército sai para combater em campo aberto, parecem preocupar de modo extraordinário estes homens e assim, nos seus inventários *post mortem* figuram desde tendas <sup>59</sup> a coches de serviço pessoal <sup>60</sup> sem esquecer outros elementos mais subtis como canastras <sup>61</sup> catres de campanha mais <sup>62</sup> ou menos <sup>63</sup> completos, arcas <sup>64</sup> e outros elementos que contribuem para melhorar as condições de vida fora da cidade <sup>65</sup> e demonstram o luxo que os rodeia <sup>66</sup>.

Pelo contrário, este tipo de bens não surge entre os haveres dos graus militares inferiores, sejam oficiais ou soldados.

Dois factos destacaríamos:

1) — As profundas diferenças vivênciais que separam os chefes militares mais elevados dos restantes componentes do Exército.

2) — O reduzido espírito de luta que parecem mostrar alguns dos privilegiados que exercem a chefia bélica, mais atentos à própria comodidade que a realização de um esforço pessoal que conduz à definitiva conclusão da luta. Assim, o Exército da Estremadura surge como um heterogéneo conglomerado onde entre os seus componentes existe uma clara dissimetria que esteriliza a intenção de derrotar o inimigo português. Os chefes, preocupados com a sua própria comodidade, inclusivamente em campanha, são exemplos acabados do *desinteresse de todos*, deles e dos soldados que protagonizam deserções massivas, perante o resultado final do conflito.

Mentalidade sumptuária e posição económica privilegiada estão presentes nos estratos superiores da oficialidade. Possessão de escravos e de criados são provas de ambas as realidades que caracterizam e definem este grupo militar. Os seus membros surgem nos Livros de Defuntos <sup>67</sup>, nas cartas de compra e venda de escravos <sup>68</sup> ou nos testamentos que outorgam, como possuidores de escravos e criados que os auxiliam.

Com efeito, alguns destes cento e quarenta e seis testamentos, outorgados por militares, que analisámos contêm referências à possessão de *escravos* <sup>69</sup>, a sua entrega em herança <sup>70</sup> ou à sua libertação <sup>71</sup> e notícias sobre os *criados* que servem ao testador, aos quais se deixam bens <sup>72</sup> ou se ordena o abono dos salários que se lhes devia <sup>73</sup>. Assim, ainda que em certas ocasiões não se pormenorizem nem especifiquem os criados com que se contava <sup>74</sup>, no quadro seguinte resumimos os criados e escravos que possuíam os componentes de cada uma das categorias militares diferenciadas:

## ESCRAVOS E CRIADOS DOS COMPONENTES DO EXÉRCITO

Badajoz, 1640-1668

Grau militar	N.º de criados	N.º de escravos
30 soldados	1	—
17 oficiais	—	—
74 ofi. médios	20	4
25 altos chefes	27	4

Resumindo, existe uma clara diferença entre, por um lado, os soldados e a oficialidade inferior e os restantes oficiais e chefes do Exército, por outro. A situação económica dos primeiros não lhes permite dispor de criados ou serem donos de escravos. Os segundos, economicamente melhor dotados, podem possuí-los. Contudo, apesar da proximidade de status sócio-económico em que se encontram os altos chefes e a oficialidade média, entre ambos existem diferenças e a posição daqueles aparece sempre como a mais elevada, tanto social como economicamente. Os altos chefes militares ocupam a *cúpula da estrutura social* dos cidadãos e, além disso, costumam ser conscientes de tal facto. Assim, quando julgam encontrar-se com reduzidas disponibilidades económicas:

«... peço e súplico com todo o sentimento ao Exmo. Sr. Marquês de Caracena, capitão general deste Exército, que digne mandar que se assista com todos os gastos que forem necessários para o meu funeral, de acordo com a minha condição...»<sup>75</sup>.

Todo este conjunto de haveres contrasta com a escassez de bens imóveis que possuem. Há, no entanto, que efectuar uma diferença em função de dois tipos de militares que, pelo menos, se intui nas fontes documentais manejas: uns *residem transitóriamente na cidade*, sem a companhia da família, sem a intenção de permanência nela, cujos bens são conhecidos através dos seus testamentos ou dos seus inventários *post mortem*; outros são os que *casam com vizinhas de Badajoz*, pelo que procuram um assentamento mais permanente nela.

Em ambos os grupos se observa essa mentalidade sumptuária mas enquanto que nos primeiros não parece que a posse de bens imóveis na cidade ou nas suas redondezas tenha sido a sua preocupação dominante, entre os segundos isto é mais forte.

As *cartas de dote* outorgadas perante o notário, nas quais os militares declaram terem recebido os bens nelas especificados, entregues por um familiar, geralmente os pais, da mulher com a qual vão contrair ou contraíram matrimónio, oferecem um novo caminho de aproximação para o conhecimento do status social e económico dos homens do Exército.

Na documentação notarial analisada, escrituras subscritas na cidade de Badajoz, encontramos apenas vinte e três cartas de dote outorgadas entre 1640 e 1668 por militares. Os graus militares dos homens que os subscrevem são estes:

### CARTAS DE DOTE DE MILITARES

Badajoz, 1640-1668

Soldados <sup>76</sup>	2
Auxiliares <sup>77</sup>	2
Alferes <sup>78</sup>	4
Ajudantes <sup>79</sup>	1
Capitães <sup>80</sup>	9
Outros <sup>81</sup>	5

Agrupando-os com os mesmos critérios que os usados na análise dos testamentos, as cartas de dote correspondentes aos *soldados* são quatro; cinco aos *oficiais inferiores* e quatorze aos *oficiais médios* enquanto que não se dispõe de nenhuma subscrita para um alto chefe.

A carta de dote, além de significar a posse de alguns bens materiais com os quais a situação económica do casal fica perfilada, testemunha o prestígio social <sup>82</sup> dos cônjuges. Por isso, a adscrição das encontradas aos graus militares básicos confirmam a *reduzida categoria social dos soldados e da oficialidade inferior do Exército*, também as complementando e originando, *escassas possibilidades económicas*, patentes, em primeiro lugar, no reduzido número de soldados ou de oficiais inferiores que acedem ao matrimónio com bens que garantam o seu desenvolvimento económico na nova vida que iniciam. Ao contrário, a oficialidade média, de status económico e social mais elevado, subscreve um maior número de cartas de dote.

No entanto, não encontramos nem uma só subscrita por altos chefes, o que, de algum, modo, pode interpretar-se no sentido oposto ao que dissemos sobre a sua preeminência social e económica; possivelmente, a causa que explica a sua carência está ligada com o seguinte facto: aos postos supremos da responsabilidade militar acede-se após uma longa permanência no Exército, com idade madura, na qual já se contraiu matrimónio.

Talvez por isso as suas cartas de dote não se outorgaram nos notários de Badajoz. O certo é que não as localizamos e ainda que ignoremos a sua causa, podemos assegurar que estes altos chefes gozam de um elevado status económico e que se encontram no topo da estrutura social.

Mas não é apenas o número de cartas de dote encontradas que é relevante. O importe médio das outorgadas pelos membros de cada categoria militar confirmam as diferenças económicas e sociais que entre os diferentes componentes do

Exército se produzem. No quadro seguinte recolhemos o valor médio das correspondentes a cada categoria:

## O DOTE DOS COMPONENTES DO EXERCITO

Badajoz, 1640-1668

	Valor médio, em reales
Soldados	2.734
Ofici. inferior	8.715
Ofici. média	19.723

A situação económica dos soldados e da oficialidade inferior fica patente nos importes médios encontrados: frente aos duzentos e cinquenta ducados escassos, que era o dote médio do soldado, pagos, em certas ocasiões, pelo amo a quem a sua esposa servia como criada <sup>83</sup>, a oficialidade média recebe bens dotais superiores aos mil e setecentos ducados. Em cifras absolutas, as cartas de dote mais elevadas de cada categoria são: 3.852 reales para um soldado <sup>84</sup>; 11.088 reales para um alferes <sup>85</sup> e 51.554 reales para um capitão <sup>86</sup>.

Os dotes recebidos pelos diferentes graus militares apresentam não só diferenças quantitativas nos seus importes médios como também *profundas divergências nos seus aspectos qualitativos*. Assim procurando precisar o que da simples leitura das cartas de dote se apresentava como mera intuição, agrupámos os bens recebidos em oito conjuntos ou estratos tipológicos:

— *Propriedades imobiliárias ou bens de raiz*: incluímos casas, terra agrícola — vinhas, olivais, de sementeira, hortas — e «... la bista de una bentana con su apoçento en la plaça publica desta ciudade ...» <sup>87</sup>.

— *Mobiliário*

— *Utensílios domésticos*, considerando como tal, artigos diversos que compreendem artesas, talhas, tapetes, utensílios de cozinha, colchões, candeias,...

— *Roupa doméstica*: colchas, lençóis, toalhas de mesa, guardanapos, cobertores, toalhas,...

— *Roupa pessoal*

— *Jóias e dinheiro*

— *Adornos*, fundamentalmente quadros, esculturas, tapetes e espelhos.

— *Alimentos*, englobando produtos agrícolas — trigo, cevada, azeite, ... — ou de outra procedência <sup>88</sup> destinados ao autoconsumo também animais domésticos <sup>89</sup> ou de trabalho no campo <sup>90</sup>.

O cálculo dos importes parciais que se invertem em cada um dos diferentes estratos possibilita a confirmação dos factos que indicávamos. No quadro seguinte incluíram-se os valores percentuais que os importes de cada um destes grupos repre-

sentada, estabelecendo a diferença entre as diferentes categorias hierárquicas do Exército:

**SECTORES INTEGRANTES DO DOTE DE MILITARES**  
Badajoz, 1640-1668

Soldados	Ofic. inf.	Ofic.	média
Bens imóveis	—	22	39
Mobiliário	9	10	8
Utensílios doméstico	10	5	6
Roupa doméstica	24	18	10
Roupa pessoal	16	12	7
Jóias e dinheiro	35	30	19
Adornos	—	3	3
Alimentos	6	—	8
Total	100	100	100

Como factos mais destacáveis encontramos os seguintes:

a) — Os bens imóveis recebidos pela oficialidade média apresentam elevados valores. Frente a eles, os da oficialidade inferior são mais reduzidos, enquanto que nem uma só das cartas de dote dos soldados encontradas contém este tipo de propriedades.

O facto é coerente com a diferença sócio-económica existente entre os estratos inferiores do Exército e a oficialidade média: a situação económica dos primeiros dificulta e atrasa o seu acesso à propriedade dos bens de raiz, o que, além disso, testemunha a sua reduzida categoria social.

O valor de trinta e nove por cento, o mais elevado dos estratos das suas cartas de dote, prova o especial interesse destes homens, que ao casarem com vizinhas de Badajoz parecem procurar, pelas propriedades rústicas e urbanas que recebem, o seu assentamento na cidade. Com elas vão incrementar o seu poder económico e o seu prestígio social.

b) — Na mesma linha temos que situar as diferenças presentes no grupo dos adornos. As insuficiências económicas dos soldados traduzem-se na ausência deste tipo de objectos que as suas cartas de dote registam. Lógicamente, a escassez de recursos obriga a prescindir do acessório e procura-se iniciar a vida matrimonial com a possessão de outro tipo de objectos mais necessários que um quadro ou um espelho. Possivelmente por isso, os valores percentuais de utensílios domésticos e roupa que recebem os soldados sejam os mais elevados das três categorias militares diferenciadas.

c) — Os grupos militares registam uma considerável semelhança entre os valores percentuais de mobiliário recebido.

## C) — A BUSCA DA SALVAÇÃO ETERNA

Os testamentos dos militares — como qualquer um outorgado nos tempos modernos — contêm as *últimas vontades* dos homens que as subscrevem. Entre estas, ocupando o primeiro lugar das preocupações individuais, encontram-se as encaminhadas a *garantirem a própria salvação, espiritual e eterna e a colaborarem* na de familiares, conhecidos, amigos e, em geral, de todas as almas que necessitem.

As promessas destes militares que outorgam os seus testamentos na cidade de Badojoz, permitem constatar um conjunto de factos, comportamentos, mentalidades e atitudes dos homens do Real Exército da Estremadura. Não são, de modo algum, privativas deste grupo social mas sim habituais na Estremadura Moderna <sup>91</sup> e, possivelmente, na Península Ibérica. São manifestações da primordial preocupação da obtenção de um *seguro e ajuda espiritual* com os quais a consecução da *salvação eterna fique garantida*. Para isso:

a) — Ordena-se <sup>92</sup> o ser amortalhado com hábito branco de Santo Agostinho, de Nossa Senhora das Mercês <sup>93</sup> ou o de São Francisco <sup>94</sup>. Tudo se faz, «... para ganhar graças e indulgências que estão concedidas pela dignidade apostólica aos que a levassem por mortanha...» <sup>95</sup>

b) — Elege-se uma sepultura situada nas proximidades do altar-mor <sup>96</sup>, na capela-mor <sup>97</sup> e, inclusivamente, «... na abóbada... que é onde se sepultam os religiosos de tal convento...» <sup>98</sup>.

Ou seja, procura-se colocar o próprio cadáver num lugar próximo ao da celebração das cerimónias eclesiásticas, pois se aos excomungados a Igreja, «lhes nega a sagrada sepultura, afastando-os tanto de si que os manda enterrar onde não chegue o som dos Ofícios Divinos...» <sup>99</sup> é evidente que a proximidade a estas cerimónias, na mentalidade da época é altamente benéfica para a consecução da salvação eterna, objectivo essencial para todo o católico.

c) — Encomendam-se missas com as quais se pretende cooperar na salvação, própria ou alheia. Além de profundas diferenças quantitativas, nas missas que se ordenam, existem diferenças qualitativas que compreendem apelos interessados aos Santos, os quais funcionam como intermediários perante um Deus demasiado distanciado <sup>100</sup> do homem do séc. XVII.

Do mesmo modo, encomendam-se missas para os momentos imediatamente posteriores <sup>101</sup> à própria morte ou missas em altares especializados <sup>102</sup>.

Com todas estas práticas procura-se o rápido trânsito pelo purgatório e a rápida chegada ao desejado destino final do católico.

Mas estas actividades, e outras não especificadas <sup>103</sup> necessitam de dinheiro: seja para as missas que se determinam <sup>104</sup>, para ser enterrado com determinado hábito <sup>105</sup> ou para «... confortar-me e ajudar-me a bem morrer...» <sup>106</sup> a procurada segurança espiritual custa dinheiro. Elevadas somas de dinheiro <sup>107</sup> que a Igreja recebe como pagamento dos *desejos da imortalidade* fomentados pelos seus homens.

O custo económico da salvação origina uma profunda *diferenciação social perante a morte*, pois como já foi destacado, a igualdade perante a morte não existe <sup>108</sup>.

A pobreza privará as pessoas que a sentem dos socorros espirituais que ajudam a sua alma. Por isso <sup>109</sup> «...não se lhe disse missa cantada nem rezada por não ter com quê...» enquanto que as pessoas dotadas de poder económico o empregam a garantir a sua salvação. Assim, a análise das mentalidades, vislumbradas e presentes nos testamentos militares, patenteiam novamente as tão assinaladas diferenças económicas e sociais que afectam as diversas categorias militares. Para isso, vamos centrar-nos em dois aspectos bem concretos: *o número de missas que se encomendam e o lugar de inumação ordenado.*

Nem sempre o testador determina e quantifica, precisa e claramente, o número de missas que deseja que se rezem pela sua alma e as suas intenções. Assim, se deixam as promessas espirituais à livre disposição dos testamenteiros <sup>110</sup>, em função dos fundos que se obtenham da venda de todas <sup>111</sup> ou de parte <sup>112</sup> das propriedades que se tinham e chega-se a instituir a própria alma como herdeira universal <sup>113</sup>, símbolo de uma mentalidade movida pelo egoísmo <sup>114</sup> e preocupada somente com a sua salvação.

Quando os bens escasseiam, pede-se a um familiar determinado, « ... que por não ter como não tenho bens para o meu funeral se digne mandar dizer pela minha alma as missas que fossem necessárias e fazer o que eu faria se chegasse o caso...»<sup>115</sup>.

As referências das promessas espirituais não faltam nos testamentos estudados pelo menos, assinala-se que, « ... no referente ao mandar rezar missas remeto-o à minha mulher, de quem me fio...» <sup>116</sup> ou se recorre a apelos à *solidariedade de classe*, facto que prova a persistência perante a morte, e ainda posteriormente, das diferenças sociais que se registam entre os membros do Exército. Para isso, pede-se «...que se faça comigo o que com os outros cavaleiros do avito de Santiago e Mestres de campo se faz...» <sup>117</sup> ou deixam-se à determinação do senhor a quem se serve outros aspectos relacionados com o próprio funeral: «...como o fazem com os outros criados que morreram ao seu serviço...» <sup>118</sup>. Estas são expressões que testemunham o *critério igualitário e diferenciador* entre os diversos grupos sociais: *igualitário* com respeito aos membros de um mesmo grupo mas *diferenciador* frente aos outros.

Resumindo, em cento e seis testamentos, 73% do total analisado, especificam o número exacto de missas ordenadas. Diferenciando as categorias militares estabelecidas encontramos os valores contidos no quadro que se segue:

## MISSAS ORDENADAS NOS TESTAMENTOS DE MILITARES Badajoz, 1640-1668

	N.º testamentos	Missas ordenadas	
		Total	Média
Soldados	25	8.213	329
Ofic. inf.	8	2.278	285
Ofic. média	56	45.490	812
Altos chefes	17	26.491	1.558

O número médio de missas que cada grupo militar ordena volta a exprimir as diferenças sociais e económicas que entre eles se registam.

Da mesma forma, a análise do lugar sagrado em que os militares ordenam que se deposite o seu cadáver, promessa que esta contida na quase totalidade dos testamentos analisados <sup>119</sup> é uma nova prova das diferenças existentes entre os diversos graus da milícia.

A informação dos testamentos militares assinala os seguintes lugares de inumação:

## O LUGAR DE INUMAÇÃO DE MILITARES

Badajoz 1640-1668

	Soldados	Ofic. inf.	Ofic. média	Altos chefes
<b>CONVENTO DE:</b>				
Santo Agostinho	3	2	5	4
São Francisco	3	5	32	11
São Gabriel	—	1	2	1
São Domingo	1	2	10	1
Companhia de Jesus	—	—	—	2
Santa Luzia	—	—	1	—
Santíssima Trindade	1	1	4	—
<b>IGREJA DE:</b>				
Catedral	14	4	8	4
Conceição	1	—	1	—
Santa Maria	1	1	3	—
Santo André	—	—	1	—
<b>HOSPITAL DE:</b>				
Santa Vera Cruz	—	1	1	—
A Piedade	—	—	1	—

De modo resumido, encontramos os seguintes valores:

## O LUGAR DE INUMAÇÃO DE MILITARES

(valores absolutos e percentuais)

Badajoz, 1640-1668

Lugar de Inumação	Soldados		Ofic. inf.		Ofic. média		Altos chefes	
	Tot.	%	Tot.	%	Tot.	%	Tot.	%
Conventos	8	33	11	65	54	78	19	83
Igreja	16	67	5	29	13	19	4	17
Hospitais	—	—	1	6	2	3	—	—
		100		100		100		100



Os quadros anteriores possibilitam a confirmação de uma série de factos aos quais já fizemos referência <sup>120</sup>:

a) — Os militares que outorgam testamentos gozam de um certo nível económico que lhes permite não serem enterrados nos hospitais ou nos cemitérios da cidade, já que neles eram depositadas, de modo prioritário, as pessoas sem bens <sup>121</sup> ou que por outros motivos <sup>122</sup> se encontrassem imersos nos escalões inferiores da sociedade local.

## ORIENTAÇÃO DAS MISSAS EM TESTAMENTOS DE MILITARES

Badajoz, 1640-1668 <sup>123</sup>

Intenções	Soldados	Ofic. Inf.	Ofic. média	Altos chefes
Salv. alma própria	71	79	76	81
Almas de familiares	13	9	12	13
lmas do Purgatório	7	4	6	4
Pers. y carg. con.	8	5	1	1
Penitenc. mal cump.	1	4	1	1

Pela primeira vez oficiais e soldados oferecem valores percentuais análogos. Um dos poucos comportamentos coincidentes entre ambos é este aqui registado, em que ambos mostram a intensidade da preocupação pela sua própria salvação frente ao reduzido valor das missas que se encomendam pelos familiares já falecidos e, sobretudo, por outras pessoas que não conheceram, por essas anónimas *almas do Purgatório* às quais se dedicam, como máximo, sete por cento das missas ordenadas.

Apesar destes comportamentos tão próximos e análogos, poderíamos referir leves diferenças existentes entre soldados e altos chefes. Enquanto aqueles dedicam 15% das suas missas às almas do Purgatório e ao peso de consciência, estes só empregam, com o mesmo objectivo, 5%. São os primeiros, os soldados, pessoas que vivem com maior intensidade o preceito evangélico da caridade, enquanto que os segundos, os altos chefes do Real Exército da Estremadura, somente se ocupam da *sua* salvação, pouco se importando com os *seus irmãos*? Ambas as percentagens parecem assinalar esta orientação, que não nos atreveríamos a assegurar.

### D) — O MILITAR, PRODUTOR DE ILEGÍTIMOS

A massiva presença de militares que a partir de 1640 começam a estabelecer-se na cidade de Badajoz vai repercutir-se na filiação ilegítima. Já se fez referência <sup>124</sup> à subida percentual que se produz nas taxas de ilegitimidade nos anos de luta e à elevada participação dos membros do Exército na única categoria de ilegítimos de que conhecemos o progenitor e assim, para a época de seiscentos na cidade de

Badajoz, os filhos de pai conhecido e mãe desconhecida concentram-se nesse tempo bélico e são procriados por militares.

A filiação ilegítima que os militares produzem encontra-se presente não só nas fontes paroquiais e nos seus Livros de Baptismo, como também nos testamentos nos quais, perante a proximidade da morte, para descargo de consciência <sup>125</sup>, para assegurar o futuro do ilegítimo <sup>126</sup> mas, sobretudo, para reconhecer a paternidade <sup>127</sup>, se incluem informações que provam como a produção de ilegítimos possui directa relação com o grau militar e as categorias em que foram agrupados de forma que a *menor nível hierárquico, menor nível participativo na paternidade de ilegítimos*. O facto está patente no quadro que se segue no qual incluímos o número de testamentos analisados em cada categoria militar, o de ilegítimos neles declarados e o hipotético número de ilegítimos que cem membros de cada grupo militar produziriam. Assim o número de ilegítimos produzidos pelos altos chefes é consideravelmente mais elevado que o dos soldados, por sua vez mais reduzido que os ilegítimos engendrados pela oficialidade média e inferior.

## GRAU MILITAR E PRODUÇÃO DE ILEGÍTIMOS

Badajoz, 1640-1668

Categoria Militar	N.º test.	N.º Ileg.	Ileg./Cien.
Soldado	30	1	3
Ofici. inf.	17	2	12
Ofici. méd.	74	5	7
Altos chefes	25	7	28

A redução que apresenta o número de ilegítimos produzidos pela oficialidade média frente aos da oficialidade inferior é a única excepção à relação entre o nível hierárquico e a paternidade ilegítima. Em conjunto, os oficiais produzem doze ilegítimos em cem membros enquanto que igual número de soldados engendra três ilegítimos.

Existe alguma relação entre o status social e a paternidade ilegítima?

Possivelmente sim e o facto de que entre todos os homens do Exército seja o grupo dos altos chefes o que produz maior número de ilegítimos, quando, por outro lado, já comprovámos, com absoluta certeza, a sua destacada posição no conjunto da sociedade local, podia ser o símbolo da ligação existente entre ambos os elementos. Além disso, nos trinta testamentos dos soldados que analisámos, só quatro, 13%, são outorgados por pessoas que antepõem ao seu nome o tratamento de *Dom*, que significa a superior categoria social: um destes homens declara ser pai de um ilegítimo. O facto podia ajudar a sustentar a positiva correlação sócio económica e a produção de ilegítimos.

Quem são as mulheres em que os militares engendram estes filhos?. No geral, nem sequer conhecemos <sup>128</sup> a sua identidade já que nos testamentos se observa uma tentativa de ocultar a personalidade da mãe com o propósito de salvaguardar a honra destas mulheres. Sempre se informa do estado civil: todas, excepto uma viúva <sup>129</sup>, são solteiras ou donzelas. Nalguns casos testemunham a permanência de relações proibidas <sup>130</sup> enquanto que outras permitem precisar como a elevação da ilegitimidade nos anos de luta possui uma estreita relação com o estamento militar <sup>131</sup>.

As *palavras de casamento* surgem como elemento indutor à permanência de condutas nas quais não encontramos nem um só caso de relações ocasionais ou estáveis, onde um membro do casal irregularmente constituído esteja casado. São relações entre solteiros e viúvos com mulheres de análogo estado civil. Assim, na produção militar do ilegítimo não parece encontrar-se elevadas proporções de comportamentos *adúlteros*. Indica-se: «... de quem o referido outorgante tem dois filhos naturais, que os teve a sobredita sendo viúva e o referido outorgante solteiro sob palavra de casamento...».

Nas linhas precedentes procurámos aproximar-nos de alguns dos elementos dos comportamentos e das estruturas mentais de um grupo social muito restrito, prioritariamente definida pela sua pertença e adscrição — voluntária ou forçada — ao Exército da Estremadura.

Mentalidades de um *grupo social* que já nas parcelas aqui analisadas, já nos seus níveis de alfabetização se encontra *integrada por elementos heterogéneos*, com consideráveis divergências entre eles, de tal forma que os *membros do Real Exército da Estremadura parecem reflectir a dualidade presente na sociedade da época*, mostrando a diferenciação que nela se registava entre privilegiados e não privilegiados.

Pelos sectores mentais vislumbrados em seus testamentos soldados e estratos inferiores da oficialidade situam-se no grupo dos não privilegiados enquanto que a oficialidade média e os altos chefes têm de ser incluídos entre os privilegiados. Aqueles, de um modo especial os soldados, apresentam níveis económicos muito baixos e subsidiariamente, uma reduzida preparação cultural ao lado de uma escassa consideração social. Entre uns e outros existe um profundo abismo que separa aspectos importantes das suas mentalidades e dos seus comportamentos, só parcialmente coincidentes nos elementos marginais.

Qual é o grau de semelhança entre soldados — oficialidade inferior e grupos não privilegiados e entre oficialidade média — altos chefes e grupos privilegiados da sociedade estamental? Podemos equiparar aqueles com os não privilegiados e estes com os privilegiados ou estes estratos militares integram sectores parciais de um grupo social bem diferenciado do resto da sociedade? Dito de outra forma: os militares, apesar das profundas diferenças que entre eles existem, *constituem um grupo social equiparável a outros da sociedade civil ou, pelo contrário, apresentam elementos especificamente diferenciadores que os individualizam dessa sociedade civil da que não chegariam a formar parte?..* No estado actual dos nossos conhecimentos, quando desconhecemos tantas coisas dos militares e dos civis, resulta

difícil dar uma resposta às anteriores questões ainda que, possivelmente, as semelhanças entre civis e militares sejam maiores que as diferenças, de tal maneira que, como mera hipótese, poderia indicar-se que as diferenças encontradas na sociedade militar só são uma manifestação e um reflexo das diferenças presentes na sociedade dos tempos modernos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Entende-se como referida à Extremadura espanhola toda a indicação que efectuemos sobre e Extremadura.

<sup>2</sup> Maravall, J. A., «La Historia de las mentalidades como historia social», em *Historia Moderna. Actas de las II Jornadas de Metodología y Didáctica de la Historia*, Cáceres, 1973, pp.399-412.

<sup>3</sup> Teston Nunez, I., *El hombre extremeño, actitudes y mentalidades en el siglo XVII*, Tese de Doutoramento, inédita, Universidade de Extremadura, Cáceres, 1982.

<sup>4</sup> Rodriguez Sanchez, A., «Morir en Extremadura, una primera aproximación» *Norba*, Cáceres, 1980, pp. 279-297.

Valverde. R. M., *La muerte en cuatro núcleos rurales cacereños durante el siglo XVII*, Memória de Licenciatura, inédita, Universidade de Extremadura, Cáceres, 1979.

Rodriguez Sanchez, A., *Morir en Extremadura (La muerte en la horca a finales del Antiguo Régimen, 1792-1909)*, Cáceres, 1980.

<sup>5</sup> Sanchez Perez, A. y Teston Nunez, I., «Higiene y sanidad en el territorio cacereño durante el siglo XVII», *Historia Moderna. Actas...*, pp. 93-106.

<sup>6</sup> Rodriguez Sanchez A. y Rodriguez Cancho, M., «El miedo y la catástrofe en la Edad Moderna (Aproximación metodológica)», *Estudios sobre Historia de España, Homenaje a Manuel Tunon de Lara*. Madrid, 1981, vol. III, pp. 417-433.

<sup>7</sup> Andres Martin, M., «La falta de utopias en España durante el siglo XVI. Una hipótesis de trabajo», *Historia Moderna. Actas...*, pp. 413-424.

<sup>8</sup> Sanchez, A., «Inmoralidad y represión en Coria en el siglo XV», *Historia Moderna. Actas...*, pp. 451-461.

Ibid., *Hacerse nadie*, Cáceres, 1983.

Teston Nunez, I. y Santillana Perez, M., «El clero cacereño durante los siglos XVI y XVII comportamiento y mentalidad», *Historia Moderna. Actas...* Teston Nunez, I., «Las concepciones prenupciales y la natalidad ilegítima en la parroquia cacereña de Santiago durante el siglo XVII, análisis de un comportamiento social», *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*, Cáceres, 1979, pp. 799-812. Marcos Arevalo, J., *El hacinamiento, la marginación y la muerte (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)*, Badajoz, 1984.

Rodriguez Sanchez, A., «Pobreza y marginación social en España Moderna», *Norba*, II, Cáceres, 1981.

<sup>9</sup> Rodriguez, J., *Sociedad y Religión en Extremadura, siglos XVI y XVII. Análisis sinodal de la diócesis de Coria*, Memória de Licenciatura, inédita, Universidade de Extremadura, Cáceres, 1980.

<sup>10</sup> Fernandez Nieva, J., *La Inquisición y los moriscos extremeños (1585 - 1610)*, Badajoz, 1979.

<sup>11</sup> Sanchez Perez, A.J., *La vida municipal cacereña en el siglo XVII (Áreas de preocupación y problemas)*, Memória de Licenciatura, inédita, Universidade de Extremadura, Cáceres, 1979.

<sup>12</sup> Nieva, J., «La Orden de Alcántara en la Extremadura Moderna», *Campo Abierto*, Badajoz, 1982, pp. 139-188. Rodríguez Sánchez, A., «Autonomía y Libertad. Acehuche (Cáceres) en 1573. Un documento inédito de autonomía», en *Miscelánea cacereña*, Cáceres, 1980, pp. 121-128.

<sup>13</sup> *Ibid.*, «Guerra miseria y corrupción en Extremadura (1640-1668)», *Estudios dedicados a...*, pp. 605-625.

Cortes Cortes, F., Guerra en Extremadura, 1640-1668. (Ejército, financiación y consecuencias), *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1982, pp. 37-122..

<sup>14</sup> Badajoz, capo della Estremadura, *Viaje de Cosme de Medicis por España y Portugal*. Madrid, 1933.

<sup>15</sup> Martín Rodríguez, J. L., «Política y economía en el subdesarrollo extremeño durante la Edad Media», *II Seminario Bravo Murillo sobre Desarrollo Regional*, Badajoz, 1974, pp. 11-24.

<sup>16</sup> Rodríguez Sánchez, A., «Extremadura, Historia y Mentalidade,» *Estudios jurídicos y económicos de Extremadura*, Cáceres, 1983, pp. 98-111.

<sup>17</sup> Mazo Romero, F., «La intervención del segundo Conde de Feria en la Guerra de Sucesión castellano-portuguesa», *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1981, pp. 429-453.

<sup>18</sup> *Ibid.*, *El Condado de Feria ( 1394-1505)*, Badajoz 1980, pp. 74-78.

<sup>19</sup> Arquivo Geral de Simancas (AGS), *Expediente de Hacienda*, Legajo 56-2, IX. Informação sobre a cidade de Badajoz e o seu estado económico, ano de 1563, « ... esta testemunha viu que no que se referia ao gado, era com Portugal o principal comércio, porque de lá se trazia, como disse, muito gado para vender ...»

<sup>20</sup> Sánchez, A., «Guerra, miseria...», *Estudios dedicados a ...*, Cáceres, 1979, pp. 605-625. Navareno Mateos, A., *Arquitectura y Urbanismo de Coria, siglos XVI-XIX*, Cáceres, 1982, pp. 30- 31.

<sup>21</sup> Cortes Cortes, F., «Guerra en Extremadura. ...», *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1980, pp. 37-122.

<sup>22</sup> Muñoz de San Pedro, M., «Documentos para la historia dela Guerra de Sucesión en Extremadura», *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz, 1984, pp. 95-135.

<sup>23</sup> No dia 2 de Setembro de 1813, o Mordomo da Confraria do «Dulce Nombre de Jesús» da cidade de Badajoz, fez presente, «... em resultado do estrago causado pelas tropas inimigas e pela ocupação para quartel que sofreu a Igreja deste Convento e as suas capelas, ficou... com apenas as paredes, perecendo o retábulo, imagens e todos os outros adornos desta...» Arquivo Parroquial de Sagrario, Igreja Parroquial de São João Baptista, Badajoz, *Libro de Acuerdos de la Cofradia del Dulce Nombre de Jesus, 1770-1820*, fol. 169.

<sup>24</sup> O Exército Inglês comandado pelo General Wellington recuperou a praça, ao entrar em Badajoz, assolaram-na e saquearam-na durante vários dias, causando mais danos que os quatro cercos sofridos ao longo de 15 meses.

Lamare, Coronel, *Relación de los sitios y defensas de Olivenza, de Badajoz y Campomayor en 1811 y 1812 por las tropas francesas del Ejército del Mediodía en España*, Badajoz, 1934.

<sup>25</sup> Biblioteca Nacional, Madrid, *Manuscrito 2.436*, fol. 238.

<sup>26</sup> Jouvin, A., *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, tradução de Garcia Mercadal, Madrid, 1952.

<sup>27</sup> Rodríguez Sánchez, A., *Extremadura, Historia ...*, pp. 104.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico Provincial, Badajoz ( AHP. ), *Legajo 216*, fol. 191, 1644; *Legajo 1.353*, fol.164, 1658; *Legajo 312*, fol 123, 1644; *Legajo 316*, fol. 75, 1662.

- <sup>30</sup> AHP. *Legajo 1.548*, fol. 252, 1658; *Legajo 1.353*, fol. 167, 1658; *Legajo 233*, fol. 155, 1663; *Legajo 353*, fol. 222, 1663; *Legajo 354*, fol. 68, 1665; *Legajo 325*, fol. 652, 1666.
- <sup>31</sup> General de Artilheria (AHP. *Legajo 305*, fol. 108, 1641); Marechal (AHP. *Legajo 1.790*, fol. 189, 1650); Tenente General de Artilheria (AHP. *Legajo 231*, fol. 225, 1661); Tenente Coronel (AHP. *Legajo 353*, fol. 213, 1663); Comissário General da Cavalaria (AHP. *Legajo 355*, fol. 186, 1667).
- <sup>32</sup> AHP. *Legajo 233*, fol. 485, 1663; *Legajo 327*, fol. 643, 1667.
- <sup>33</sup> AHP, *Legajo 325*, fol. 185, 1666.
- <sup>34</sup> AHP. *Legajo 1.790*, fol. 430, 1650.
- <sup>35</sup> AHP. *Legajo 301*, sem fol., 21 de Julho de 1648 e fol. 305, 1648; *Ibid*, fol. 164, 1649; *Legajo 1.550*, fol. 38, 1667.
- <sup>36</sup> AHP. *Legajo 1.790*, fol. 466, 1650.
- <sup>37</sup> AHP. *Legajo 301*, sem fol., 25 de Julho de 1648; *Legajo 229*, fol. 303, 1648.
- <sup>38</sup> AHP. *Legajo 301*, fol. 157, 1649.
- <sup>39</sup> AHP. *Legajo 221*, fol. 45, 1649; *Legajo 301*, fol. 394, 1649; *Legajo 1.790*, fol. 538, 1650; *Legajo 233*, fol. 515, 1663; *Legajo 1.549*, sem fol. 29 de Maio de 1665.
- Possivelmente neste grupo teria lugar um Cónego Catedralício, o Vigário Geral do Exército e Administrador Geral dos Hospitais (AHP. *Legajo 327*, fol. 460) não está incluído entre os militares pela sua condição eclesiástica.
- <sup>40</sup> *Legajo 1.793*, fol. 127, 1657; *Legajo 353*, fol. 152, 1663.
- <sup>41</sup> *Legajo 1.352*, fol. 543, 1652; *Legajo 1.791*, fol. 277, 1653; *Legajo 317*, fol. 232, 1663; *Legajo 233*, fol. 141, 1664; *Legajo 1.549*, sem fol.. 22 de Outubro de 1665; *Legajo 354*, fol. 95, 1665 e fol. 28, 1666.
- <sup>42</sup> A lista da procedência regional dos soldados é a seguinte,  
Andaluzia, Córdova, Alcolea, Arjonilha e Olveras.  
Astúrias, Oviedo e Astúrias.  
Castela, Ciruelos.  
Estrangeiro, Piamonte, português e italiano.  
Estremadura, Quatro de Badajoz; dois de Talavera la Real, Salvatierra e Villafranca de los Barros e um de Villanueva de la Serena, Santa Cruz de la Sierra Zafra, Llerena, Puebla de la Calzada, Valverde de la Vera, Don Benito e Guareña.  
A procedência regional da oficialidade inferior é esta:  
Andaluzia, Archidona, Córdova, Jaén, Cazalla de la Sierra, Granada, Sevilha e Triana.  
Castela, Madrid.  
Estrangeiro, Milão e Nápoles.  
Estremadura, Badajoz, Zafra, Jerez de los Caballeros, Navalvillar de Pela e Mérida.  
Reino de Aragão, Zaragoza.  
A oficialidade média provém de:  
Andaluzia, Dois de Loja e Ultrera; um de Málaga, Dos Hermanas, Encinasola, Granada e Cazalla de la Sierra.  
Castela — Leão, Quatro de Burgos; dois de Zamora e um de Toledo, Lareda, Talavera de la Reina, Palencia, Logroño, Arévalo, Madrid, Pliego e Loeche.  
Estremadura, Cinco de Badajoz e um de Azuaga, Los Santos de Maimona e Plasencia.  
Galiza, Reino de Galiza.  
País Vasco, Um de Vitória, Santurce, Elgóibar e Tolosa.  
Reino de Aragão, Dois de Catalunha; um de Elche, Zaragoza e Reino de Aragão.  
Estrangeiros, Três irlandeses; dois napolitanos e lisboetas; um de Itália, Cerdeña, Piamonte, Amberes, Flandres, Holanda, e da Ilha da Madeira.

Os altos chefes do Exército provêm de,  
Andaluzia, Dois de Granada; um de Aguilar de la Frontera e Calzalla.  
Castela-Leão, Um de Alcalá de Henares, Segovia, Cuéllar, Avila e Salmerón, no Infantado.  
Estrangeiros, dois irlandeses; um flamengo e um de Nápoles.  
Os restantes são de Guipúzcoa, Navarra e Zaragoza.

<sup>43</sup> As percentagens estão calculadas sobre os totais de cada categoria,

<sup>44</sup> Cortes Cortes, F., «Guerra en Extremadura...» apartado I, Los profesionales de la lucha.

<sup>45</sup> A presença de estremenhos, andaluzes e estrangeiros que como soldados servem no Real Exército da Estremadura testemunha-se em grande número de documentos. Por exemplo, no dia 14 de Novembro de 1646, perante o notário, comparecem e outorgam uma escritura os Capitães das Companhias levantadas nas vilas andaluzas de Alcalá del Rio, Castilleja del Campo, Sanlúcar de Barrameda, Paterna del Campo, Gerena, Bollullos, Solteras, Alanis, Coria del Rio... AHP. *Legajo 1.462*, fol. 319.

<sup>46</sup> Seriam os seguintes:

Andaluzia, 20 oficiais, 22%;

Castela-Leão, 22 oficiais, 24%;

Estrangeiro, 21 oficiais, 23%;

Estremadura, 13 oficiais, 14%;

além disso, Galiza e Navarra, com dois por cento cada uma; o País Vasco com cinco por cento e o Reino de Aragão, com oito por cento.

<sup>47</sup> Cortes Cortes, F., «Guerra en Extremadura...»

<sup>48</sup> São quarenta e dois alferes, três ajudantes, um cabo de esquadra e dez sargentos.

<sup>49</sup> São dezasseis capitães, cinco tenentes e um oficial de soldo.

<sup>50</sup> São um Mestre de Campo e um Condestável da Artilheria.

<sup>51</sup> Cortes Cortes, F., *Esclavos en la España Moderna, La Extremadura meridional en el siglo XVII*, Badajoz, 1987.

<sup>52</sup> AHP. *Legajo 1.792*, fol. 511, 22 de Novembro de 1654, inventário dos bens de Don Luís António de Leiva, soldado.

<sup>53</sup> AHP. *Legajo 353*, fol. 66, 29 de Março de 1663, bens do Alferes Don Gabriel de Ojeda; *Legajo 1.792*, fol. 15, 8 de Janeiro de 1665, bens do Alferes Bartolomé Mellado; *Legajo 322*, fol. 268, 16 de Junho de 1663, bens do Ajudante de Cavalaria Francisco Calvo.

<sup>54</sup> AHP. *Legajo 301*, fol. 311, 5 de Dezembro de 1648, bens do Capitão Juan Sánchez Ordoñez.

<sup>55</sup> AHP. *Legajo 322*, fol. 342, 29 de Julho de 1663, bens do Capitão Don Diego Riaño.

<sup>56</sup> AHP. *Legajo 218*, fol. 28, 5 de Janeiro de 1646.

<sup>57</sup> AHP. *Legajo 235*, sem fol., 25 de Setembro de 1665, bens de António Ortiz de Velasco, Vedor Geral do Exército.

<sup>58</sup> AHP. *Legajo 233*, fol. 124, bens do Capitão General da Artilheria (19 de Novembro) e hasta pública dos mesmos (19 a 27 de Novembro) por um total superior a setenta mil reales.

<sup>59</sup> No inventário dos bens de Don Diego Fernández de Vara, Sargento General de Batalha, entre outros: «...Uma tenda de campanha, usada, com a sua lona, cordéis, bastidor e outros aderentes..., outra tenda de campanha, nova, azul e branca ...» AHP. *Legajo 326*, fol. 1.034v., 11 de Novembro de 1666. Outras são mais modestas:

«... Uma tenda de enjeo, de campanha, usada...» AHP. *Legajo 323*, fol. 374v., bens do Mestre de Campo Don Juan Blás.

<sup>60</sup> AHP. *Legajo 355*, fol. 140, 4 de Setembro de 1667, bens de António Fernández Flores, Pagador Geral do Exército, «... quatro mulas de coche..., um coche com cinco cortinas de damasco verde e três de pano, com a sua cobertura para o inverno e duas almofadas de vaqueta...»

<sup>61</sup> AHP. *Legajo 319*, fol. 75, 21 de Dezembro de 1657, bens do Capitão Don Diego del Pulgar.

<sup>62</sup> AHP. *Legajo 353*, 5 de Junho de 1664, bens do Capitão Don Alonso de Sayavedra. «...um catre com as suas cortinas de damasco carmesim e colcha do mesmo, com duas caxas de campanha...»

<sup>63</sup> AHP. *Legajo 355*, fol. 206, 22 de Outubro de 1667, bens do Capitão Don Juan Molinar.

<sup>64</sup> AHP. *Legajo 326*, fol. 1.034, 11 de Novembro de 1666. «... duas arcas grandes de campanha, com a sua cadeia para carregalos...»

<sup>65</sup> AHP. *Legajo 355*, fol. 186, 12 de Outubro de 1667, bens do Comissário Geral de uma parte da Cavalaria Don Juan de Levante. «... Umhas arcas grandes de Madeira, em que uma serve de frasqueira com dez frascos grandes e a outra serve para guardar a roupa...»

<sup>66</sup> AHP. *Legajo 323*, fol. 375, 4 de Julho de 1664. « ... um serviço de prata de campanha, que se compoe de três copos, um açucareiro, saleiro e pimenteira...»

<sup>67</sup> Cortes Cortes, F., «Guerra en Extremadura...».

<sup>68</sup> Cortes Cortes F., *Esclavos en la España...*

<sup>69</sup> AHP. *Legajo 216*, ol. 176, 2 de Junho de 1644, testamento do Capitão Don José de Olivares.

<sup>70</sup> AHP. *Legajo 232*, fol. 316, 11 de Agosto de 1662, testamento do Capitão Alonso Mosquera Sarmiento.

<sup>71</sup> AHP. *Legajo 218*, fol. 25, 28 de Janeiro de 1646, testamento do Mestre de Campo Geral Don Juan de Pareja y Bustos.

<sup>72</sup> AHP. *Ibid*, fol. 259, 1 de Setembro de 1644, testamento do Capitão napolitano Don Carlos de Vite.

<sup>73</sup> AHP. *Legajo 322*, fol. 247, 30 de Junho de 1663, testamento do Capitão Don Diego Riaño.

<sup>74</sup> AHP. *Legajo 312*, fol. 123, 20 de Julho de 1648, testamento do Mestre de Campo irlandês Don Patricio Colam.

Quando não pudemos determinar o número de criados que se possuía e além disso, faziam-se referências a mais de um (os meus criados, os moços das minhas cavaliças,...) optámos por considerar que só se dispunha de dois.

<sup>75</sup> AHP. *Legajo 326*, fol. 1.004, 7 de Novembro de 1666, testamento de Don Diego Fernández de Vera, Sargento General de Batalha.

Apesar da sua petição, «... por quanto me encontro com pouco caudal...», os bens incluídos no seu inventário *post mortem* (*Ibid*, fol. 1.34, 11 de Novembro) contêm entre outros, prata lavrada com um peso superior a seiscentas onças.

<sup>76</sup> AHP. *Legajo 1.463*, fol. 337, 20 de Outubro de 1647 e *Legajo 354*, fol. 118, 30 de Agosto de 1665.

<sup>77</sup> AHP. *Legajo 323*, fol. 778, 4 de Dezembro de 1664 e *Legajo 1.550*, sem fol., 19 de Março de 1667.

<sup>78</sup> AHP. *Legajo 223*, fol. 317, 12 de Outubro de 1651; *Legajo 244*, fol. 18, 18 de Janeiro de 1652; *Legajo 323*, fol. 94, 5 de Fevereiro de 1664 e *Legajo 1.549*, fol. 106, 1666.

<sup>79</sup> AHP. *Legajo 1.793*, fol.153, 4 de Agosto de 1657.



<sup>80</sup> AHP. *Legajo 1.463*, fol. 250, 9 de Julho de 1647; *Legajo 223*, fols. 308 e 359, 10 de Outubro e 8 de Novembro de 1651; *Legajo 1.792*, fol. 97, 8 de Fevereiro de 1655; *Legajo 1.468*, fol. 135, 20 de Abril de 1655; *Legajo 353*, fol. 129, 4 de Julho de 1664; *Legajo 317*, fols. 84, 31 de Março e fol. 230, 15 de Outubro de 1647; *Legajo 321*, fol. 594, 8 de Setembro de 1664; *Legajo 329*, fol. 340, de 30 de Abril de 1669.

<sup>81</sup> AHP. *Legajo 322*, fol. 186, 5 de Maio de 1663; *Legajo 353*, fol. 239 e 294, 12 de Novembro e 30 de Dezembro de 1663; *Legajo 354*, fols. 17 e 182, 1 de Outubro de 1664 e 11 de Setembro de 1665.

<sup>82</sup> Rodriguez Sanchez, A. e Rodriguez Cancho, M., «El miedo y la catástrofe...».

<sup>83</sup> AHP. *Legajo 354*, fol. 118, 30 de Agosto de 1665.

<sup>84</sup> AHP. *Legajo 1.463*, fol. 337, 28 de Outubro de 1647.

<sup>85</sup> AHP. *Legajo 323*, fol. 94, 5 de Fevereiro de 1664.

<sup>86</sup> AHP. *Legajo 1.463*, fol. 250, 9 de Julho de 1647.

<sup>87</sup> AHP. *Legajo 317*, fol. 84, 1663

<sup>88</sup> AHP. *Legajo 323*, fol. 778, 1664, «... dois toucinhos com as suas linguças, morcelas etc...».

<sup>89</sup> AHP. *Legajo 1.792*, fol. 97, 1665, «... trinta porcos...»

<sup>90</sup> AHP. *Legajo 323*, fol. 594, 1664, «... trinta bois...»

<sup>91</sup> Rodriguez Sanchez, A., «Morir en Extremadura, una...».

<sup>92</sup> AHP. *Legajo 293*, fol. 91, 6 de Agosto de 1644, testamento do Alferes Diego Becerra.

<sup>93</sup> AHP. *Ibid.*, fol. 81, 15 de Junho de 1644, testamento de Don Juan de Chaves, Capitão de Cavalaria couraça.

<sup>94</sup> AHP. *Legajo 319*, fol. 73, 19 de Dezembro de 1657, testamento de Don Diego del Pulgar y Sandoval, Capitão de Cavalaria

<sup>95</sup> AHP. *Legajo 302*, fol. 232, testamento de Don Alonso de Espinosa, Capitão.

<sup>96</sup> AHP. *Legajo 301*, fol. 157, testamento do Ajudante Martin Sánchez Vejarano.

<sup>97</sup> AHP. *Legajo 326*, fol. 1.004, testamento de Don Diego Fernández de Vara, Sargento general da Batalha, 7 de Novembro de 1666.

<sup>98</sup> AHP. *Legajo 325*, fol. 185, testamento de Don Jerónimo Gallo, Contador Principal do Exército, 6 de Março de 1666.

<sup>99</sup> *Constituciones Sinodales*, Madrid, 1673, Livro V, Título 14, de *Sentencia excomunionis et interdicti*, número 1, pp. 245.

<sup>100</sup> Ordenam-se vinte missas ao Anjo da Guarda, «...para que acompanhe a minha alma e a presente a sua Divina Maj. ...» AHP. *Legajo 1.352*, fol. 260, 14 de Junho de 1652, testamento de Don António Barca, Capitão de Cavalaria.

<sup>101</sup> Praticamente, todos o testamentos ordenam missa cantada de corpo presente e responso perante o cadáver. Alguns, além disso, encomam maior número de missas para o dia do funeral, chegando inclusivamente a: «... todas las misas que pudiesen decir los sacerdotes que se hacharen (sic) desocupados...» AHP. *Legajo 301*, fol. 293, testamento do Capitão Juan Sánchez Brazo-forte, 22 de Outubro de 1648.

<sup>102</sup> AHP. *Legajo 1.464*, fol. 164, testamento do Capitão Francisco Joaquín de herrera, 26 de Junho de 1648. Ordena missas no Santo Cristo del claustro de la Catedral de Badajoz, «... que é altar privilegiado de almas...»

<sup>103</sup> Entre elas se encontra a tripla oferta que às *ermitas, redención de cautivos ecera do Santíssimo Sacramento* contém na prática a totalidade dos testamentos. Ofertas que se entregam «...para ganhar o perdão...» AHP. *Legajo 223*, fol. 59, testamento do Capitão Simón Rodriguez Osorio, 22 de Fevereiro de 1651. Na mesma linha temos que situar as ordens de que o funeral se realize com um número determinado de eclesiásticos, com o acompanhamento das Ordens Religiosas presentes na cidade ou com a maior ou menor quantidade de velas de cera, portadas por pobres que receberão a correspondente esmola.

<sup>104</sup> O Mestre de Campo Don Patricio Colam assinala que por cada missa que manda dizer «... se pague a esmola a dois reales...» AHP. *Legajo 312*, fol. 123, 20 de Junho de 1658.

<sup>105</sup> AHP. *Legajo 293*, fol. 91, 6 de Agosto de 1664, testamento do Alferes Diego Becerra. «...amortalhado com o hábito branco de... e pague-se a esmola para ganhar o perdão...»

<sup>106</sup> AHP. *Legajo 325*, fol. 652, 28 de Julho de 1666, testamento do Sargento Maior Lucas Zarzo. Entre outras disposições manda que se entregue uma esmola de cem reales a quatro religiosos agostinhos que o ajudaram a bem morrer.

<sup>107</sup> Cortes Cortes, F., *La población de Zafra en los siglos XVI y XVII*, Badajoz, 1983, pp. 63-65.

<sup>108</sup> Rodriguez Sanchez, A., «Morir en Extremadura...».

<sup>109</sup> Arquivo Parroquial de San Andrés, Badajoz, Libro 1 de Difuntos, fol. 56,16 de Maio de 1651.

<sup>110</sup> AHP. *Legajo 217*, fol. 353, 5 de Outubro de 1645, testamento de Francisco Ruiz, Soldado de Infantaria.

<sup>111</sup> AHP. *Legajo 293*, fol. 77, 21 de Junho de 1644, testamento do Capitão Pedro López de Silveras.

<sup>112</sup> AHP. *Legajo 323*, fol. 16, 13 de Janeiro de 1644, testamento do Capitão Don Carlos Arlés no qual ordena dizer as missas que «... se alcança o valor de um casaco de pele e um gibão com mangas...»

<sup>113</sup> AHP. *Legajo 218*, fol. 251, 8 de Setembro de 1646, testamento do Tenente de Cavalaria Jorge Tastó, milanês.

<sup>114</sup> Rodriguez Sanchez, A., «Morir en Extremadura, una primera...» Cáceres, 1980, pp.48.

<sup>115</sup> AHP. *Legajo 235*, fol. 191, 28 de Julho de 1665, testamento do Capitão Francisco Ronquillo, irlandês.

<sup>116</sup> AHP. *Legajo 1.765*, sem fol., 4 de Março de 1649, testamento do Soldado da Cavalaria Isidro Vázquez.

<sup>117</sup> AHP. *Legajo 216*, fol. 191, 14 de Junho de 1664, testamento do Mestre de Campo Juan Rodriguez de Olivera.

<sup>118</sup> AHP. *Legajo 301*, sem fol., 21 de Julho de 1648, testamento de Francisco Hernández, Cocheiro do Marquês de Leganés.

<sup>119</sup> Em cento e quarenta e seis testamentos que analisámos, cento e trinta e três, 91%, informam o lugar sagrado em que o outorgante deseja ser enterrado.

<sup>120</sup> Cortes Cortes, F., «Guerra en Extremadura...», pp. 55-56.

<sup>121</sup> Cortes Cortes, F., *Ibid*, nota 33.

<sup>122</sup> Os prisioneiros portugueses que falecem em Badajoz costumam ser enterrados nos cemitérios.

<sup>123</sup> As percentagens procedem dos valores absolutos seguintes:

Soldados	Ofic. inf.	Ofic. média	Altos Chefes	
Salv.própria alma	5.656	608	28.986	13.214
Salv. familia	1.005	70	4.412	2.022
Almas Purgatório	570	28	2.164	647
Pers. e carg. co.	599	28	1.787	216
Penitenc. mal cump.	96	35	481	198

<sup>124</sup> Cortes Cortes, F., «Guerra en Extremadura...»,

<sup>125</sup> AHP. *Legajo 216*, fol. 43, 15 de Fevereiro de 1644, testamento do Soldado Alonso de Aguilar.

<sup>126</sup> AHP. *Legajo 293*, fol. 88, 3 de Julho de 1644, testamento do Alferes Reformado Don Gonzalo Lobo.

<sup>127</sup> AHP. *Legajo 354*, fol. 28, 25 de Janeiro de 1666, testamento de Juan Vázquez de Ribera, entretido nos pápeisda Contadoria Geral do Exército.

<sup>128</sup> O nome da mãe do ilegítimo só aparece nos casos dos soldados da oficialidade inferior e em dois dos altos chefes. AHP. *Legajo 216*, fol. 43, 1664; AHP. *Legajo 293*, fol. 88, 1644; AHP. *Legajo 1.463*, fol. 339, 1647; AHP. *Legajo 1.548*, fol. 252, 1658; AHP. *Legajo 1.353*, fol. 1167, 1658.

<sup>129</sup> AHP. *Legajo 1.463*, fol. 339, 30 de Outubro de 1647.

<sup>130</sup> AHP. *Legajo 1.353*, fol. 167,26 de Junho de 1658, testamento de Don Julián de Avila, Sargento Maior, «...tenho tido convivência com Ana de Padilla y Seguera, vizinha e natural desta dita cidade que assim mesmo é moça solteira e da nossa união tenho dois filhos...» Ver igualmente, AHP. *Legajo 319*, fol. 73, 1657, testamento do Capitão de Cavalaria Don Diego del Pulgar y Sandoval.

<sup>131</sup> AHP. *Legajo 325*, fol. 279, 6 de Março de 1666, testamento do Contador Principal do Exército Don Jerónimo Gallo.